



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para dispor sobre os requisitos para a transferência para a inatividade remunerada dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A alínea a do inciso I do *caput* do art. 24-A do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24-A. ....

I - ....

a) integral, desde que cumprido o tempo mínimo de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, dos quais no mínimo 30 (trinta) anos de exercício de atividade de natureza militar, podendo este ser reduzido em 5 (cinco) anos, mediante lei do ente federativo; ou

....." (NR)

Art. 2º O art. 24-G do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações, numerado o parágrafo único como § 1º:

"Art. 24-G .....

§ 1º .....

§ 2º O tempo de exercício de atividade de natureza militar de que trata o § 1º deste artigo poderá ser reduzido em 5 (cinco) anos, mediante lei do ente federativo." (NR)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 10 de setembro de 2026.

HUGO MOTTA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 688/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora  
Senadora DANIELLA RIBEIRO  
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 317, de 2022, da Câmara dos Deputados, que “Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para dispor sobre os requisitos para a transferência para a inatividade remunerada dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 20/10/2026 13:54:50.297 - Mesa

DOC n.1647/2026

